

As Contribuições do Pensamento Sistêmico nos Estudos Sobre Paternidade

Ângela Roos Campeol¹

Casimiro Ernesto Lobo²

Joyce Lúcia Abreu Pereira Oliveira³

Daniela Ribeiro Schneider⁴

Maria Aparecida Crepaldi⁵

Resumo

Há um crescente interesse pela relação pai-filho, visto que na sociedade contemporânea, a figura paterna está, gradativamente, conquistando espaços significativos no contexto familiar. No âmbito científico, entre as vertentes teórico-epistemológicas que fundamentam as pesquisas nacionais e internacionais, sobre o tema da paternidade, vem ganhando destaque no campo epistemológico o pensamento sistêmico. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo realizar considerações sobre as pesquisas, cujo objeto é a paternidade, pautadas no pensamento sistêmico. O ponto de partida é o entendimento de que o pai é um ser inter-relacional, o que permite diferentes modos de produzir conhecimento sobre a paternidade com base nos pressupostos sistêmicos da complexidade, instabilidade e intersubjetividade.

Palavras-chave: pensamento sistêmico, epistemologia, paternidade

The Contributions of Systemic Thinking in Studies on Paternity

Abstract

Interest in the father-son relationship is growing since, in contemporary society, the father figure is conquering significant spaces in the family context. In the scientific field, among the theoretical-epistemological aspects that underlie national and international research on paternity, systemic thinking has gained prominence in the epistemological field. Thus, this article aims to consider research, whose object is paternity, based on systemic thinking. The starting point is the understanding that the father is an interrelational being, which allows different ways to produce knowledge about fatherhood from the systemic assumptions of complexity, instability, and intersubjectivity.

Keyword: systemic thinking, epistemology, paternity.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. ORCID 0000-0003-2010-2285

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. ORCID 0000-0003-1350-6433

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. ORCID 0000-0001-7038-5856

⁴ Doutora e docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. ORCID 0000-0002-2936-6503

⁵ Doutora e docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. ORCID 0000-0000-0002-5892-7330

A família, considerada o centro do sistema social, é um dos principais contextos de desenvolvimento do ser humano. Diante das diversas mudanças na estrutura e dinâmica das famílias, bem como na sociedade em geral, desafios são lançados no campo da intervenção e da pesquisa com famílias (Pluciennik et al. 2015). Alterações importantes a respeito dos modelos femininos e masculinos, decorrentes desses novos tempos sociais, encorajam os homens a estar mais próximos dos filhos e reconhecem o envolvimento paterno como fator de proteção para o desenvolvimento infantil (Lamb, 1997). Desse modo, o pai está conquistando, gradativamente, espaços significativos no âmbito das famílias, sobretudo, no que diz respeito à relação com os filhos (Campeol & Crepaldi, 2019; Gomes & Alvarenga, 2016; Oliveira & Crepaldi, 2018; Santis & Barham, 2017).

Atualmente, há o reconhecimento de que a participação ativa do pai traz resultados positivos para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional da criança (Campeol & Crepaldi, 2019; Karberg et al. 2019). De modo que, as interações pai-filhos ao longo do ciclo vital são preditores de diferentes esferas desenvolvimentais dos filhos (Volling & Cabrera, 2019). Desenvolvimento positivo de capacidades cognitivas (Cabrera et al. 2007; Malin et al. 2014; Xu et al. 2010) e socioemocionais (Anderson et al. 2013; Jia, Kotila, & Schoppe-Sullivan, 2012), bem como a menor incidência de problemas de comportamento na infância (Cabrera, et al., 2012; Gomes et al. 2013; Hastings et al., 2008) foram relacionados com um maior envolvimento do pai no cuidado com os filhos.

Mostra-se crescente o número de homens com disponibilidade e desejo de assumir uma paternidade com maior envolvimento afetivo e maior participação nos processos de cuidado e educação dos filhos. Tem ocorrido, gradativamente, maior distanciamento da caracterização tradicional de pai autoritário e com participação indireta no desenvolvimento dos filhos, com aumento das expectativas de uma postura mais participativa na educação e nos cuidados com os filhos (Bueno et al. 2015). Entretanto, ainda que as funções paternas, socialmente esperadas, estejam mudando, a crença de que os homens são menos preparados que as mulheres para estas tarefas, em muitos casos, podem excluí-los dos cuidados físicos, emocionais e de socialização direcionados aos filhos (Campeol & Crepaldi, 2019; Vieira et al., 2014).

Nessa perspectiva, o conceito de *maternal gatekeeping* se mostra importante para a compreensão das relações pai-filhos (Lee et al. 2019). Trata-se de um constructo recente, que busca compreender a influência materna no acesso do pai a uma interação de qualidade com os filhos. Este conceito está associado a crenças sociais e culturais que atribuem ao gênero feminino as funções relativas ao espaço doméstico e de cuidado das crianças, que por sua vez, refletem em comportamentos maternos que encorajam ou desencorajam o envolvimento ativo dos homens com a paternidade (Puhlman & Pasley, 2013; Schoppe-Sullivan et al. 2015). Desse modo, a participação paterna na vida dos filhos é mediada pelas características maternas e a flexibilidade destas para permitir espaços de interação pai-filhos. Esses processos de mediação interativa exigem olhares mais complexos para as relações familiares.

No âmbito da pesquisa, entre as muitas vertentes teórico-epistemológicas que fundamentam os estudos brasileiros e estrangeiros sobre o tema da paternidade, o Pensamento Sistêmico (PS) apresenta-se como uma forma contemporânea de pensar cientificamente, produzir conhecimento e compreender a realidade (Vasconcellos, 2018). Fundamentado em um conjunto de pressupostos que embasam a atividade científica, o Pensamento Sistêmico permite integrar, durante o processo de

pesquisa, aspectos que envolvem contextualização social, histórica e cultural e a recursividade entre os fenômenos de interesse do pesquisador (Böing et al. 2008; Vasconcellos, 2018). Essa compreensão mostra-se relevante, pois revela modos de compreender e interpretar o mundo, como pensa o homem e produz conhecimento.

Para tanto, este artigo trata de um ensaio teórico, que consiste na exposição de ideias a respeito da temática da paternidade pautadas na epistemologia do pensamento sistêmico. Busca-se a originalidade nas discussões, sem a pretensão de explorar o tema de forma exaustiva.

Pensamento Sistêmico

A epistemologia do Pensamento Sistêmico conquista cada vez mais espaços no campo das investigações científicas e práticas profissionais em diferentes contextos. O século XX, sobretudo nas três últimas décadas, marcou transformações importantes na ciência, quando pesquisadores de diversos campos do conhecimento passaram a reconhecer os limites da ciência tradicional, apontando para uma nova racionalidade científica, o que implicou em uma crise do paradigma dominante e uma virada epistemológica (Grzybowski, 2010; Vasconcellos, 2018). O desenvolvimento histórico e epistemológico do PS pode ser representado pela imagem de uma espiral, a qual simboliza a não linearidade entre os eventos históricos e a recursividade entre eles, assim como facilita a compreensão dos movimentos e articulações entre as teorias sistêmicas e diversos saberes que desafiam a compreensão da contemporaneidade, desenvolvidas ao longo do século XX (Oliveira & Crepaldi, 2017).

O quadro de referência desenvolvido por Vasconcelos (2018), o qual sintetiza a distinção de três dimensões que caracterizam a ciência tradicional (simplicidade, estabilidade e objetividade) e outras três que caracterizam o Pensamento Sistêmico (complexidade, instabilidade e intersubjetividade), colabora, sobremaneira, para a compreensão das transformações epistemológicas na ciência. Na ciência tradicional, o pressuposto da simplicidade apoia-se na crença de que é preciso separar as partes para compreender o todo, estabelecendo assim, relações causais lineares. A premissa de estabilidade apoia-se no entendimento de um mundo estável, em que há determinação e previsibilidade dos fenômenos, enquanto o pressuposto da objetividade, compreende que há uma realidade independente do observador (Vasconcellos, 2018).

Já a ciência pós-moderna buscou ultrapassar os pressupostos da ciência tradicional, através da revisão de suas premissas. A complexidade passou a ser considerada ao invés da simplicidade, devido ao reconhecimento das inter-relações entre os fenômenos e da causalidade recursiva. O pressuposto da instabilidade evidencia a imprevisibilidade dos fenômenos e a ideia de um mundo em processo dinâmico de transformações. A premissa de intersubjetividade remete a compreensão acerca da impossibilidade de se conhecer o mundo objetivamente, reconhecendo o conhecimento científico como uma construção social em espaços consensuais, na qual a realidade emerge a partir das distinções feitas na relação entre observador e sujeito de pesquisa (Vasconcellos, 2018; Maturana, 2014).

O Pensamento Sistêmico, apresentado por Vasconcellos (2018) como “novo-paradigmático”, reflete a integração dos três pressupostos epistemológicos da ciência pós-moderna nas pesquisas e práticas sistêmicas. Embora haja diversas teorias sistêmicas, muitas delas apesar de considerarem a

complexidade e a instabilidade na análise dos fenômenos, desconsideram o pressuposto da intersubjetividade, ao supor que há uma realidade independente do observador (Oliveira & Crepaldi, 2017; Vasconcellos, 2018). Assim, as pesquisas com famílias que pretendem adotar uma perspectiva sistêmica “novo-paradigmática” devem considerar a complexidade das famílias (contexto relacional, social, econômico e cultural), a instabilidade dos fenômenos (contingências, eventualidades e o processo dinâmico de transformações), assim como a intersubjetividade do pesquisador (distinções dos estudos que realizam).

Dessa forma, diante da diversidade de fenômenos que envolvem as famílias, é fundamental buscar uma articulação entre o contexto social, histórico e cultural em que estão inseridas, reconhecer cada membro na sua complexidade e a recursividade das relações sociais e interpessoais (Gomes et al. 2014). Nessa perspectiva, os estudos com famílias podem adotar diversas teorias, como embasamento teórico, sem perder de vista os fundamentos sistêmicos dessa escolha. Dentre elas, destaca-se a Teoria do Ciclo Vital Familiar (Carter & McGoldrick, 1995) e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A Teoria do Ciclo Vital Familiar propõe uma classificação de diferentes estágios que perpassam o desenvolvimento familiar e individual e tem como base a perspectiva de famílias norte-americanas. Cada etapa implica em “tarefas” específicas a serem desempenhadas e na reorganização das relações familiares, para apoiar a entrada, saída e o desenvolvimento dos membros da família (McGoldrick & Shibusawa, 2016; Carter & McGoldrick, 1995). Os estágios do ciclo de vida familiar são: (1) saindo de casa: jovens solteiros; (2) a união de famílias no casamento: o novo casal; (3) famílias com filhos pequenos; (4) famílias com filhos adolescentes; (5) lançando os filhos e seguindo em frente e; (6) famílias no estágio tardio da vida. No Brasil, Cerveny propôs uma adaptação à realidade brasileira (Cerveny & Berthoud, 1997).

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), apresenta-se como uma importante teoria, que possui interface com os pressupostos sistêmicos e permite uma visão ampla das situações, das pessoas e suas interrelações em diversos contextos (Böing et al. 2008; Bueno et al. 2015). De acordo com essa teoria o desenvolvimento humano deve ser compreendido como um fenômeno progressivo e complexo, que ocorre em um ambiente de interações entre o ser humano e o seu contexto de vida, através de quatro aspectos interrelacionados, denominados modelo PPCT: processo-pessoa-contexto-tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O *processo*, compreendido a partir da definição de *processos proximais*, recebeu posição central na teoria, sendo considerado o principal motor do desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Esta dimensão é caracterizada pelas interações recíprocas que acontecem entre um organismo humano ativo, em evolução biopsicológica, e as pessoas, os objetos e os símbolos no ambiente externo imediato. O desenvolvimento humano ocorre quando há o estabelecimento de uma interação estável, que ocorre ao longo do tempo, representando padrões duradouros de interação. A relação entre pai e filhos é um exemplo desse aspecto, em que as interações bidirecionais entre a díade e o ambiente promovem o desenvolvimento tanto do pai quanto dos filhos (Bueno et al., 2015).

No que se refere as características da *pessoa*, essas são entendidas a partir dos seus aspectos biológicos e psicológicos, e das características construídas em interação com o ambiente, sendo essa

uma interação dinâmica e que se altera ao longo do ciclo vital (Bronfenbrenner & Morris, 1998). Essa dimensão envolve três características que influenciam os processos proximais, denominadas: (1) força – refere-se as disposições comportamentais ativas, que podem tanto estimular e sustentar os processos proximais quanto dificultar ou impedir que eles ocorram. A força pode ser generativa, quando envolve comportamentos como curiosidade, disposição e persistência e, assim, influencia positivamente a ocorrência de processos proximais; ou disruptiva, quando há apatia, desatenção, descontrole das emoções e agressividade, por exemplo, que dificultam as interações; (2) recursos – envolvem experiências, habilidade e conhecimentos necessários para favorecer o funcionamento dos processos proximais ao longo do processo de desenvolvimento; (3) demandas – representam aspectos que estimulam ou desencorajam o estabelecimento dos processos proximais, como a aparência física, idade, gênero e características de personalidade (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Narvaz & Koller, 2004).

O elemento *contexto* foi entendido por Bronfenbrenner e Morris (1998) como uma série de estruturas entrelaçadas, sendo elas o *microssistema*, *mesossistema*, *exossistema* e *macrossistema*. No nível mais interno, está o ambiente imediato e as conexões face a face das pessoas presentes no ambiente. Estas inter-relações dentro do ambiente imediato denomina-se como *microssistema*. Um exemplo de microssistema é a família, em que o pai interage com o seu filho. Contudo, o ser humano não faz parte só de um contexto, por isso, o nível seguinte conduz a interconexão entre diferentes microssistemas que a pessoa em desenvolvimento participa ativamente, o qual chama-se de *mesossistema*. Pensando na criança, o mesossistema incluiria a relação entre família, escola e amigos, por exemplo. O terceiro nível de ambiente ecológico, compreendido como *exossistema*, demarca que o desenvolvimento da pessoa pode ser afetado por eventos que ocorrem em ambientes nos quais a pessoa não se faz presente, mas nos quais ocorrem eventos que afetam aquilo que acontece no ambiente imediato, como por exemplo, as condições de trabalhos e a rede de amigos dos pais da criança. Finalmente, estes três níveis delineados anteriormente são pertencentes ao *macrossistema*, determinado por valores, crenças e ideologias presentes em uma cultura ou subcultura, ou seja, corresponde a padrões globais de ideologias e organização das instituições comuns a uma sociedade.

A quarta a dimensão, *tempo*, permite compreender a influência de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida individual e familiar, para o desenvolvimento humano. Quer dizer, indica que as mudanças que ocorrem através do tempo, nas quatro propriedades deste modelo, não são apenas produto, mas também produtoras de condições que influenciam o desenvolvimento (Bronfenbrenner & Moris, 1998).

Ao integrar as experiências individuais ao longo do ciclo evolutivo, os aspectos contextuais e sua interrelação com a paternidade, as interações estarão no foco deste estudo. Parte-se do entendimento de que a disponibilidade dos homens para exercer a paternidade pode sofrer interferência de fatores externos a ele, de modo que, diferentes contextos podem favorecer ou limitar o desenvolvimento da paternidade. Do mesmo modo, ao considerar que o desenvolvimento infantil está direta e indiretamente relacionado com o contexto familiar, destaca-se a importância de se abordar a temática da parentalidade.

Contribuições do Pensamentos Sistêmico nos Estudos Sobre Paternidade

Considerando o Pensamento Sistêmico “novo-paradigmático” nos estudos sobre paternidade, deve-se assumir o indivíduo-pai integrado a um contexto relacional, social, cultural e o interesse deve voltar-se para os padrões relacionais, comunicacionais e comportamentais dos membros envolvidos no sistema familiar. Assim como, para a recursividade estabelecida entre os membros e os contextos em que estão inseridos, olhando para esses sujeitos como produto e produtores de realidades, ou seja, como agentes intencionais que se co-criam a si mesmo e o seu entorno (Grandesso, 2000).

A paternidade deve ser considerada a partir da relação multidirecional do homem-pai com os diferentes contextos em que está inserido. Os estudos que investigam o envolvimento paterno indicam múltiplos aspectos interrelacionados que parecem impactar no comportamento dos pais, que envolvem tanto características individuais, como históricas e sociais (Backes et al. 2018; Santis & Barham, 2017). A partir de um modelo sócio-contextual e ecológico, Belsky e Jeffe (2006) destacaram três fatores determinantes que parecem influenciar a parentalidade, quais sejam: as características individuais dos pais, como por exemplo, personalidade, temperamento e presença de psicopatologia, as características individuais da criança e os fatores do contexto social em que a relação pai-criança está inserida.

Diante desses aspectos, destaca-se fatores da dinâmica intrafamiliar que envolvem a presença da mãe e a relação conjugal (Backes et al., 2018; Cabrera & Bradley, 2012; Oliveira & Crepaldi, 2018), a coparentalidade (Mosmann et al. 2018) e a experiência que os pais tiveram enquanto filhos (Gabriel & Dias, 2011). Assim como condições extrafamiliares, que envolvem características sociodemográficas, como idade do pai e nível socioeconômico (Gomes & Alvarenga, 2016; Cabrera & Bradley, 2012), escolaridade (Souza & Benetti, 2008) e rede de apoio social (Backes et al., 2018; Belsky & Jeffe, 2006), como aspectos que interferem na trajetória desenvolvimental individual e familiar e, conseqüentemente, repercutem no desenvolvimento dos filhos.

Ademais, para estabelecer uma relação pai-filho de qualidade é fundamental que o pai disponha de tempo (Gomes et al. 2013). Nesse sentido, a imagem socialmente esperada de pai provedor pode afetar negativamente o tempo para interação com as crianças. Afinal, Cia & Barham (2006) e Gomes et al. (2013) verificaram que a longa jornada de trabalho pode interferir no engajamento paterno, de modo que a convivência familiar estaria diretamente relacionada com as horas em que o homem permanece no emprego. Nessa direção, a compreensão Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que fala da interação dos sistemas em diferentes níveis, como estruturas que se entrelaçam, nos ajuda a compreender de forma complexa a relação com o mundo do trabalho na função paterna.

Na realidade brasileira, a participação equitativa no ambiente de trabalho, por exemplo, ainda se configura como um desafio. As estruturas institucionais pressupõem participação diferenciada entre homens e mulheres, e a legislação social atua lentamente nessa área. As leis que regulamentam a licença-maternidade e a licença-paternidade no Brasil (CLT, 2005) expõem esse fenômeno. Enquanto a mulher tem direito a 120 ou 180 dias de licença, ao homem são concedidos apenas cinco dias de afastamento das atividades profissionais. Cabe a ressalva de que recentemente foi sancionada no país a lei que aumentou a licença-paternidade de cinco para 20 dias. Contudo, nem todos os trabalhadores têm direito ao período de afastamento maior, sendo acessível apenas aos funcionários de locais que

fazem parte do Programa Empresa Cidadã. Esta formatação reforça o senso de que os cuidados dos filhos, de modo especial os filhos pequenos, são atribuições das mulheres.

Dessa forma, podem existir condições de trabalho que dificultam conciliar as tarefas do papel profissional e da parentalidade, o que sinaliza para a necessidade de suporte das políticas sociais, a fim de favorecer, incentivar e promover a paternidade (Cia & Barham, 2006), tendo em vista sua importância para o desenvolvimento dos filhos. No Brasil, as normas trabalhistas necessitam ser revisadas e contextualizadas à conjuntura social contemporânea. Visto que, o pai, bem como as famílias, se beneficiaria se as empresas oportunizassem condições mais flexíveis de trabalho, com um ambiente interpessoal favorável e horários mais tolerantes, para os trabalhadores terem maiores oportunidades para se envolver com questões familiares (Cia & Barham, 2006). Todavia, o modo como o trabalho ainda está organizado na sociedade, apresenta-se longe de oferecer suporte à participação masculina na criação e cuidados dos filhos.

Nesse sentido, a paternidade, assim como as relações familiares, de modo geral, são processos complexos e multi-facetados, construídos e redefinidos a cada momento histórico, cultural e social (Bueno et al. 2015). Desse modo, ser pai implica poder pensar e refletir esse processo, de modo que se considere a extensão dos relacionamentos parentais desde o âmbito pessoal e familiar até a influência no seu papel social e profissional, fatores esses abarcados por uma cultura dominante e atitudes e crenças sobre questões de gênero. Essas interconexões podem ser decisivas para o desenvolvimento e as percepções referentes à paternidade. O desafio está, então, em relacionar diferentes variáveis, a fim de contemplar a complexidade desse fenômeno.

Todavia, é preciso considerar que a produção de conhecimento científico exige que recortes sejam realizados frente aos variados fatores que exercem influência sobre a paternidade. São muitos sistemas em interação e em constante construção. Diante disso, não se trata de dissolver o fenômeno, mas sim, reconhecer que diferentes pesquisas abarcam distintos aspectos de um mesmo fenômeno, e que o conjunto destes conhecimentos pode favorecer o entendimento da complexidade dos fenômenos (Böing et al. 2008).

Na produção de conhecimento científico, deve-se partir do entendimento de que a paternidade é um constante processo de (trans)formação, em acordo com o modo como é representada e/ou interpretada pelos sistemas ao seu redor. Para o Pensamento Sistêmico, através dos movimentos de circularidade, tudo está interligado por um emaranhado de ações, interações e retroações. De modo que, o conhecimento produzido é sempre local, situado em um tempo e momento, sendo impossível se chegar a uma realidade objetiva (Maturana, 2014). Afinal, não há um padrão de funcionamento único e estanque, o que existe são representações de realidades captadas através da abordagem teórica e da metodologia adotada, bem como, perpassadas pelas vivências, interesses e conhecimentos do pesquisador (Cecconello & Koller, 2004).

A partir de um olhar sistêmico, ao distinguir a díade pai-filho como o foco central para o estudo, o exercício fundamental está em perceber o complexo, de tal modo que não se pode imaginar um objeto a não ser em conexão com os outros objetos. Por isso mesmo, esta díade, muitas vezes, ganha os contornos de um triângulo, quando a mãe é incluída no processo compreensivo, ou ainda contornos de

círculo, quando se pensa na relação com outros filhos ou membros da família para a compreensão da paternidade em suas múltiplas interações.

Do mesmo modo, em cada período histórico, mostra-se possível discernir uma paternidade associada à cultura dominante. Ao focalizar essas questões, deve-se considerar que em termos práticos, a organização social ainda se mostra distante de estar instituída como suporte à participação masculina na criação e cuidados com os filhos. Destaca-se aqui, que não há a intenção de esgotar essa discussão, e sim, desenvolver um ponto de partida. Essa compreensão panorâmica sobre o fenômeno pode ser importante porque é ela que fornecerá uma sustentação teórica com a qual se trabalha, compreende e interpreta o fenômeno estudado.

Considerações Finais

Nos estudos que se fundamentam no Pensamento Sistêmico, o pai é compreendido como um ser inter-relacional, o que permite diferentes modos de produzir conhecimento sobre a paternidade com base na complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Reconhece-se que esses pressupostos nem sempre são evidenciados nas publicações, o que sugere a importância de se considerar de forma integrada tais aspectos epistemológicos nos estudos sobre paternidade.

A compreensão de estudos e intervenções com pais e filhos pode ser favorecida partindo do entendimento de que o pai/homem e o contexto se influenciam mutuamente e de que não é possível prever e controlar os fenômenos. Além disso, não se deve desconsiderar a presença do pesquisador no contexto a ser pesquisado, o que implica a consideração de que há múltiplas versões da realidade, sendo um conhecimento construído de modo conjunto entre participante e pesquisador. Assim, o fenômeno da paternidade pode ser composto por diversas faces, dependendo de quem olha e o foco assumido para o fenômeno.

Espera-se assim, que os múltiplos conhecimentos convirjam em ações de conscientização de políticas públicas, intervenções jurídicas e psicossociais, visando favorecer o desenvolvimento da paternidade e preservar o melhor interesse das crianças e das famílias. As investigações sobre a paternidade, nessa perspectiva, podem contribuir com uma mudança na política social que possa dar suporte às novas formas de exercício da paternidade. Entende-se que, em diferentes contextos os homens podem assumir e assumem, as mesmas funções que as mulheres, embora a figura do pai ainda precise conquistar seu espaço de legitimidade na sociedade, já que os homens enfrentam dificuldades cotidianas na busca por visibilidade social e reconhecimento da importância do exercício da paternidade.

O caminho aponta na direção da horizontalidade das funções maternas e paternas, em que cuidar de crianças é tarefa de pai e mãe, como adultos disponíveis física e psicologicamente para relação com a criança. No entanto, os estudos ainda evidenciam que, mesmo nos casos em que os pais são mais participativos, as mães ainda assumem mais tarefas que os pais.

Referências

- Anderson, S., Roggman, L. A., Innocenti, M. S., & Cook, G. A. (2013). Dads' parenting interactions with children: Checklist of observations linked to outcomes (PICCOLO-D). *Infant Mental Health Journal*, 34(4), 339–351.
- Backes, M. S., Becker, A. P. S., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2018). A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 61, 100-119. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nps/v27n61/v27n61a06.pdf>
- Belsky, J.; Jaffee, S. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti, D. Cohen (Ed). *Developmental psychopathology* (pp. 38-77). John Wiley.
- Böing, E., Crepaldi, M. A., & Moré, C. L. O. O. (2008). Pesquisa com famílias: Aspectos teórico-metodológicos. *Paidéia*, 18(40), 251-266. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000200004>
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology*, Vol. 1: Theoretical models of human development (5th ed., pp. 993-1023). Wiley.
- Bueno, R. K., Bossardi, C. N., & Vieira, M. L. (2015). Papel do pai no contexto contemporâneo. In E. R. Goetz & M. L. Vieira (Eds.), *Novo pai: Recursos, desafios e possibilidades* (pp. 109-124). Juruá.
- Bueno, R. K., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A., & Schneider, D. R. (2015). Considerações epistemológicas da perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano sobre o envolvimento paterno. *Psicologia em Revista*, 21(3), 599-620. Recuperado de <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015v21n3p599>
- Cabrera, N. J. & Bradley, R. H. (2012). Latino Fathers and Their Children. *Child Development Perspectives*, 6(3), 232-238.
- Cabrera, N. J., Scott, M., Fagan, J., Steward-Streng, N., & Chien, N. (2012). Coparenting and children's school readiness: A mediational model. *Family Process*, 51(3), 307–324.
- Cabrera, N. J., Shannon, J. D., & Tamis-LeMonda, C. (2007). Fathers' influence on their children's cognitive and emotional development: From toddlers to pre-K. *Applied Developmental Science*, 11(4), 208-213.
- Campeol, A. R., & Crepaldi, M. A. (2019). A (nova) relação pai-filhos: uma revisão integrativa da literatura nacional entre 2000 e 2019. *Psicologia Argumento*, 36(94), 501-526. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/25677/0>
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (Maria Adriana Veríssimo Veronese, trad.). Artes Médicas.
- Cecconello, A. M., & Koller, S. H. (2004). Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In S. Koller (Org.), *Ecologia do desenvolvimento humano* (pp. 267-292). Casa do Psicólogo.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. & col. (1997). *Família e ciclo vital: Nossa realidade em pesquisa*. Casa do Psicólogo.
- Cia, F., & Barham, E. J. (2006). Influências das condições de trabalho do pai sobre o relacionamento pai-filho. *Psico-USF*, 11(2), 257-264. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S141382712006000200014>

- Gabriel, M. R., & Dias, A. C. G. (2011). Percepções sobre a paternidade: Descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai. *Estudos de Psicologia*, 16(3), 253-261.
- Gomes, Q. de S., & Alvarenga, P. (2016). O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3), 1-9. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n3/1806-3446-ptp-e323216.pdf>
- Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Bueno, R. K., & Crepaldi, M. A. (2014). As origens do pensamento sistêmico: Das partes para o todo. *Pensando Famílias*, 18(2), 3-16. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n2/v18n2a02.pdf>
- Gomes, L. B., Crepaldi, M. A., & Brigas, M. (2013). O engajamento paterno como fator de regulação da agressividade em pré-escolares. *Paidéia*, 23(54), 21-29. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v23n54/0103-863X-paideia-23-54-00021.pdf>
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a reconstrução do significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*, (1ª ed.). Casa do Psicólogo.
- Grzybowski, C. T. (2010). Por uma teoria integradora para a compreensão da realidade. *Psicologia em Estudo*, 14(2), 373-379. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pe/v15n2/a16v15n2>
- Hastings, P. D., Sullivan, C., McShane, K. E., Coplan, R. J., Utendale, W. T., & Vyncke, J. D. (2008). Parental socialization, vagal regulation, and preschoolers' anxious difficulties: Direct mothers and moderated fathers. *Child Development*, 79(1), 45-64.
- Jia, R., Kotila, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2012). Transactional relations between father involvement and preschoolers' socioemotional adjustment. *Journal of Family Psychology*, 26(6), 848-857. doi:10.1037/a0030245
- Karberg, E., Cabrera, N. J., Malin, J., & Kuhns, C. (2019). Longitudinal contributions maternal and parental intrusive behaviors to children's sociability and sustained attention at prekindergarten. In B. L. Volling & N. J. Cabrera (Eds.), *Advancing research and measurement on fathering and children's development. Monographs of the Society of Research in Child Development*, 84(1), 79-93.
- Lee, J. K., Schoppe-Sullivan, S. J., Feng, X., Gerhardt, M. L., & Kamp Dush, C. M. (2019). Longitudinal measurement invariance across fathers' and mothers' reports of maternal gatekeeping behavior. In B. L. Volling & N. J. Cabrera (Eds.), *Advancing research and measurement on fathering and children's development. Monographs of the Society of Research in Child Development*, 84(1), 35-49
- Malin, J. L., Cabrera, N. J., & Rowe, M. L. (2014). Low-income minority mothers' and fathers' Reading and children's interest: Longitudinal contributions to children's receptive vocabulary skills. *Early Childhood Research Quarterly*, 29, 425-432.
- Maturana, H. (2014). *A ontologia da realidade* (org. C. Magro, M. Graciano, & N. Vaz. 2ª ed.). Editora UFMG (Humanitas).
- Mosmann, C., Cosa, C. B., Silva, A. G., Luz, S. K. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Temas em Psicologia*, 26(1), 429-442. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/tpsy/v26n1/2358-1883-tpsy-26-01-0429.pdf>

- McGoldrick, M., & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Org.), *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*, (4ed.) Artmed.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2004) O modelo bioecológico do desenvolvimento humano. In S. H. Koller (Org). *Ecologia do desenvolvimento humano* (pp. 51-66) Casa do Psicólogo.
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: Revisão integrativa da literatura. *Actualidades En Psicología*, 32(124), 91–109.
- Oliveira, J. L. A. P., & Crepaldi, M. A. (2017). A epistemologia do pensamento sistêmico e as contribuições de Humberto Maturana. *Psicologia em Estudo*, 22(3), 325. Recuperado de <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.33944>
- Pluciennik, G. A., Lazzari, M. C., & Chicaro, M. F. (2015). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: Parentalidade em foco* (Fundação M, pp. 1–130). São Paulo.
- Puhlman, D. J., & Pasley, K. (2013). Rethinking Maternal Gatekeeping. *Journal of Family Theory & Review*, 5(3), 176–193.
- Santis, L. de, & Barham, E. J. (2017). Envolvimento paterno: Construção de um modelo teórico baseado em uma revisão da literatura. *Trends in Psychology*, 25(3), 941–953. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v25n3/v25n3a03.pdf>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Altenburger, L. E., Lee, M. A., Bower, D. J., & Kamp Dush, C. M. (2015). Who are the gatekeepers? Predictors of maternal gatekeeping behavior. *Parenting: Science and Practice*, 15, 166–186.
- Souza, C. L. P., & Benetti, S. P. C. (2009). Paternidade contemporânea: Levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. *Paidéia*, 19(42), 97-106. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v19n42/12.pdf>
- Vasconcellos, M. J. E de. (2018). *Pensamento sistêmico: O novo paradigma da ciência*. (11ª ed). Papyrus.
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A., & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: Revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v66n2/04.pdf>
- Volling, B. L., & Cabrera, N. J. (2019). Advancing research and measurement on fathering and child development: Introducing the issues and a conceptual framework. In B. L. Volling & N. J. Cabrera (Eds.), *Advancing research and measurement on fathering and children's development. Monographs of the Society of Research in Child Development*, 84(1), 7–17.
- Xu, M., Benson, S. N. K., Mudrey-Camino, R., & Steiner, R. P. (2010). The relationship between parental involvement, self-regulated learning, and reading achievement of fifth graders: A path analysis using the ECLS-K database. *Social Psychology of Education*, 13(2), 237-269.

Endereço para correspondência

angela.r.campeol@gmail.com
casimirolobo@yahoo.com.br
joycelapo@gmail.com

daniela.schneider@ufsc.br

maria.crepaldi@ufsc.br

Enviado em 08/03/2021

Aceito em 31/08/2021